



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE CIÊNCIAS DO ESTADO
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO ESTADO

Os membros do Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso de Graduação em Ciências do Estado, em reunião realizada no dia 16 de junho de 2023, às 11:15 horas, por videoconferência, avaliaram as referências bibliográficas dos programas das disciplinas ofertadas para o Curso e consideraram que as mesmas são satisfatórias, assim como consideraram também satisfatório o número de exemplares disponíveis no Sistema de Bibliotecas da UFMG.

A busca pela excelência no ensino superior é uma constante na Universidade Federal de Minas Gerais. Reconhecendo a importância do aprimoramento contínuo do corpo docente, da estrutura curricular e dos recursos didáticos utilizados, a presente análise tem como objetivo principal avaliar a adequação das bibliografias básica e complementar do nosso curso.

A seleção adequada de bibliografias é essencial para garantir que os alunos tenham acesso a obras atualizadas, relevantes e alinhadas às demandas do mercado de trabalho e às fronteiras do pensamento acadêmico. Considerando as rápidas transformações nas práticas e teorias relacionadas às Ciências do Estado, é imprescindível que as obras adotadas pelo curso estejam em sintonia com as tendências contemporâneas. Além disso, é necessário assegurar a inclusão de autores de renome, cujas contribuições são reconhecidas internacionalmente, a fim de proporcionar aos estudantes base sólida e abrangente.

Neste relatório constam os materiais analisados pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso, com base nas disciplinas que compõem o currículo e os respectivos percursos formativos, a saber, Estado Democrático e Contemporaneidade e Democracia e Governança Social. Destaca-se que é dado foco nas referências básicas e complementares das disciplinas obrigatórias.

Essas bibliografias fornecem base fundamentada de conhecimento para o alunado, abrangendo desde os aspectos teóricos até as aplicações práticas no mercado profissional. Além dos textos que compõem a formação em Ciências do Estado propriamente dita, o programa oferece estrutura curricular que inclui disciplinas complementares de outras áreas do conhecimento, enriquecendo a formação dos alunos. Uma das características distintivas do curso é a inclusão de disciplinas da área do Direito. Essa abordagem permite aos estudantes compreenderem os aspectos legais e regulatórios que envolvem as atividades estatais. As disciplinas de Cidadania, presentes no terceiro período, fornecem os conhecimentos essenciais para lidar com questões jurídicas relevantes no contexto estatal e político, preparando os alunos para atuar de forma ética e em conformidade com a legislação vigente.

Além disso, o programa de estudos abrange disciplinas de filosofia e sociologia. Essas fornecem aos alunos compreensão aprofundada dos princípios ideológicos e culturais que regem o funcionamento das atividades estatais e a interação entre Estado e Sociedade.

Além das disciplinas obrigatórias, o curso oferece um leque de disciplinas optativas. Essa variedade de opções permite aos estudantes aprofundarem-se em áreas específicas de interesse, como gestão do terceiro setor, tópicos em estudos estratégicos e gestão em sistemas de informação. Essas disciplinas complementares

permitem personalização da formação de acordo com as aspirações e objetivos de carreira de cada aluno, tornando a experiência educacional mais enriquecedora e alinhada às suas áreas de interesse.

Essa abordagem multidisciplinar amplia o horizonte dos alunos, capacitando-os a compreender as interações complexas entre diferentes áreas do conhecimento e fornecendo os elementos para atuação profissional abrangente e bem fundamentada.

Por fim, ressalta-se que o processo de adequação das bibliografias básica e complementar é contínuo. O NDE, comprometido com a formação de profissionais altamente qualificados, busca, por meio deste relatório, contribuir para o aperfeiçoamento contínuo do curso de graduação em Ciências do Estado, proporcionando aos seus estudantes formação atualizada em acordo com o estado da arte e da ciência.

Bibliografia Básica

- ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. Competências na Constituição de 1988. São Paulo: Atlas, 2010.
- ALVES, Alaôr Caffé. Planejamento metropolitano e autonomia municipal no direito brasileiro. São Paulo: José Bushatsky, 1981.
- ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. Manual de direito ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Brasília: Editora UnB, 1986.
- ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. São Paulo: Malheiros, 1995.
- BALEEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel de Abreu Machado. Direito Tributário Brasileiro. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- BALEEIRO, Aliomar. atualiz. DERZI, Misabel de Abreu Machado. Limitações constitucionais ao poder de tributar. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A desordem mundial: O espectro da total dominação - guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos - das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 2.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/Instituto Carioca de Direito, 1999.
- BARICKMAN, Bert Jude. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BARROS, Alice Monteiro (Coord.). Curso de direito do trabalho: estudos em memória de Célio Goyatá. 3.ed. São Paulo: Editora LTr, 2007.
- BARZOTTO, Luciane Cardoso. Direitos humanos e trabalhadores: atividade normativa da Organização Internacional do Trabalho e os limites do direito. Porto Alegre: livraria do advogado, 2007.
- BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1990.
- BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. Curso avançado de direito comercial. Revista dos Tribunais: São Paulo. BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. 2 v. Brasília: UnB.
- BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo. Brasília: Unb, 1997.
- BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOBBIO, Norberto. Teoria da norma jurídica. Bauru: Edipro, 2003.
- BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. Brasília: UnB, 2000.
- BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. História constitucional do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (Org.). Terrorismo e direito: os impactos do terrorismo na comunidade internacional e no Brasil : perspectivas político-jurídicas. 1.ed. Rio de Janeiro: Forense.
- BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. Corte Internacional de Justiça e a construção do direito internacional.

1.ed. Belo Horizonte: Editora Cedin.

BRASIL. Decreto n. 5.845, de 30 de Junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html>

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/estrategia-nacional-de-defesa-pdf>

BRASIL. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO. Caderno MARE n.º 2 - Organizações Sociais. 5ª ed. Brasília: 1998. Disponível em:

<https://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno02.pdf> Acesso: 12 de jun. 2023.

BRAUDEL, Fernand. Gramática das civilizações. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CABRAL DE MONCADA, L. Filosofia do direito e do estado. v. 1- Parte Histórica. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

CALMON, Petrônio. Fundamentos da mediação e da conciliação. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas. Custos do direito e reforma do estado. Porte Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.

CAMPOS, Adriana. Soberania e processo eleitoral. in: Soberania: antigos e novos paradigmas. Adrian Sgarbi et al. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

CAMPOS, João Mota de. Manual de direito comunitário. Lisboa: FCG.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 15. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

CARVALHO NETTO, Menelick de. A sanção no procedimento legislativo. Belo Horizonte: Del Rey, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. A cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASTRO, Araújo. A Constituição de 1937. Brasília: Senado Federal, 2003.

CHACON, Vamireh. A grande Ibéria: convergências e divergências de uma tendência. São Paulo, Brasília: EdUNESP, Paralelo 15, 2005.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias. São Paulo: Agir, 2001.

COELHO, Fábio Ulhôa. Manual de direito comercial: direito de empresa. São Paulo: Saraiva.

CORREIA, Marcus Orione G. Teoria geral do processo. 5. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

COSTA, Pietro, ZOLO, Danilo (orgs). O estado de direito: história, teoria, crítica. Trad. Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

COSTA, Pietro. Poucos, muitos, todos: lições de história da democracia. Trad. Luiz Ernani Fritoli. Curitiba: EdUFPR, 2012.

COSTA, Pietro. Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico. Trad. Ricardo Marcelo Fonseca et al. Curitiba: Juruá, 2010.

COUTINHO, Maurício C. Lições de economia política clássica. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

CRETELLA JR. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense.

DALLARI, Adilson Abreu; DI SARMO, Daniela Campos Libório. Direito urbanístico e ambiental. Belo horizonte: Fórum, 2007.

DELGADO, Gabriela Neves. Direito fundamental ao trabalho digno. São Paulo: LTr, 2006.

DELGADO, Mauricio Godinho. Capitalismo trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução. São Paulo: LTr, 2006.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1995.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. São Paulo: Atlas, 2006.

DIAS, Maria Tereza Fonseca; PEREIRA, Flávio Henrique Unes. Cidadania e inclusão social: estudos em homenagem à Professora Miracy Barbosa de Souza Gustin. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. Direito administrativo pós-moderno? Novos paradigmas do direito administrativo no estudo da relação entre o estado e a sociedade. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. Terceiro setor e estado: legitimidade e regulação. Por um novo marco jurídico. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

DOMINGUES, José Maurício. A América Latina e a modernidade contemporânea. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

DOMINGUES, José Maurício. Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- DURKHEIM, Emille. As regras do método sociológico. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 15. ed. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- ELIAS, Norbert. Mudanças no padrão europeu de comportamento no século XX. In: Os alemães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador. I. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FERNANDES, Edésio (Coord). Direito urbanístico e política urbana no Brasil. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- FERRAZ, Luciano. Parcerias público-público: contrato de programa e execução de serviços públicos municipais por entidade da administração indireta estadual. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico (REDAE), Salvador, n. 10, maio/jul. 2007. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=199> Acesso em: 12 de jun. 2023
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (coleção completa)
- FIORAVANTI, Maurizio (ed.) El estado moderno en Europa: instituciones y derecho. Madrid: Trotta, 2004
- FIUZA, César Augusto de Castro. Direito civil: curso completo. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão universitária; v.1).
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2009.
- FREITAS, Juarez. O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.
- GIDDENS, Anthony. Consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.
- GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2012.
- GOENDER, J., “Apresentação”. In: MARX, K., O capital, livro 1, São Paulo, Abril Cultural, Coleção “Os Economistas”, 1983.
- GOYARD-FABRE, Simone. Os princípios filosóficos do direito político moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988. 14.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de sociologia e filosofia do direito. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. A constelação pós-nacional: ensaios políticos [Die postnationale Konstellation: Politische Essays]. Trad. Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro. São Paulo: Vozes, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v.1
- HISSA, Cássio E. Viana. Entrenotas: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: UFMG, 2017.
- HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: breve Século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento. São Paulo: Edições 34, 2003.
- HORTA, José Luiz Borges. História do estado de direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.
- HORTA, Raul Machado. Estudos de direito constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- LE GOFF, Jacques; TRUONG. Uma história do corpo na Idade Média. Trad. Marcos Flamínio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LOPES, Mônica Sette (coord.). O direito do trabalho e o direito internacional. São Paulo: LTr, 2005.
- MACHADO, Celso Cordeiro. Princípios Orçamentários e Funções do Estado Moderno. Belo Horizonte. Tese.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2010.
- MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. Direito constitucional. 3 tomos. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.
- MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. O poder municipal. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação civil pública. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

- MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Curso de direito internacional público. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- MELO, Carlos Ranufo; SÁEZ, Manuel Alcântara (orgs.). A democracia brasileira. Belo Horizonte, UFMG.
- MERTON, Robert K. Sociologia: teoria e estrutura. Trad. Miguel Mallet. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Mutações do direito público. Rio de Janeiro: renovar, 2006.
- OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. Devido processo legislativo. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.
- OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. Direito, política e filosofia: contribuições para uma teoria discursiva da constituição democrática no marco do patriotismo constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. Jurisdição e hermenêutica constitucional no estado democrático de direito: um ensaio de teoria da interpretação enquanto teoria discursiva da argumentação jurídica de aplicação. In: OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de (Coord.). Jurisdição e hermenêutica constitucional. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. 2ª ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2009.
- OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva. Edusp, São Paulo, 1999.
- PAES, José Eduardo Sabo. Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- PIMENTA, José Roberto Freire et al. (coord). Direito do trabalho: evolução, crise, perspectivas. São Paulo: LTr, 2004.
- PIMENTA, Eduardo Goulart. Joint ventures: contratos de parceria empresarial no direito brasileiro. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.
- PIMENTEL, L. O. (Org.). Direito da integração. Curitiba: Juruá, 2002.
- PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- REALE, Miguel. Filosofia do direito. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- REIS, José Carlos. As identidades do Brasil 2. Rio de Janeiro: FGV., 2010.
- REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. Quem deve ser o guardião da Constituição: do poder moderador ao Supremo Tribunal Federal. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.
- REZEK, José Francisco. Direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2002.
- SALGADO, Joaquim Carlos. A idéia de justiça em Hegel. São Paulo: Loyola, 1996.
- SALGADO, Joaquim Carlos. A idéia de justiça no mundo contemporâneo: fundamentação e aplicação do direito como maximum ético. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- SAMPAIO, José Adércio Leite (org.). Crise e desafios da Constituição. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, Carlos Maximiliano Pereira dos. Comentários à Constituição Brasileira de 1891. Brasília: Senado Federal, 2003.
- SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 10. ed. rev. São Paulo: Malheiros, 1994.
- SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.
- SILVA, R. L. Direito comunitário e da integração. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- SILVA, Vasco Pereira da. A Cultura a que tenho direito: direitos fundamentais e cultura. Coimbra: Almedina, 2007.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. VELHO, Otávio. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- SOARES, Fabiana de Menezes. Direito administrativo de participação: cidadania, direito, Estado e Município. Belo Horizonte, 1997.
- SORJ, Bernardo. A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SOUSA, José Crisóstomo de (org.). Filosofia, racionalidade, democracia: os debates Rorty & Habermas. São Paulo: Unesp, 2001.
- SOUZA, Washington Peluso Albino de. Primeiras Linhas de Direito Econômico. 6.ed. São Paulo: LTr, 2005.
- SPAGNOL, Werther Botelho. As contribuições sociais no direito brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- STANCIOLI, Brunello. Renúncia ao exercício dos direitos da personalidade (ou como alguém se torna o que quis). Belo Horizonte: UFMG, 2007
- SUNDFELD, Carlos Ari. Direito administrativo ordenador. São Paulo: Malheiros, 1993.
- SUSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANA, Segadas; TEIXEIRA FILHO, João de Lima. Instituições de direito do trabalho. 20.ed. São Paulo: LTr., 2012.

- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A proteção dos direitos humanos nos plano nacional e internacional: perspectivas brasileiras. Brasília: F. Naumann.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Tratado de direito internacional dos direitos humanos. 2.ed. Porto Alegre: Fabris.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Direito das organizações internacionais. Brasília: Escopo.
- VARELA, Alfredo. Direito constitucional brasileiro (Reforma das Instituições Nacionais). Brasília: Senado Federal, 2003.
- VAZ, Henrique C. L. Antropologia filosófica II. São Paulo: Loyola, 1992.
- VAZ, Henrique Cláudio de Lima, S.J. Escritos de filosofia III: filosofia e cultura. São Paulo: Loyola, 1997.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de; FONSECA, Marília. Aula universitária e inovação. In: VEIGA, I. P.; CASTANHO, M. E. L. M. (Org.). Pedagogia Universitária: a aula em foco. Campinas, SP: Papirus, 2000, p. 161-191.
- VENANCIO FILHO, Alberto. A intervenção do estado no domínio econômico. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
- WEBER, Max. História geral da economia. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- ZACHER, Mark. “Os pilares em ruína do templo de Vestfália: implicações para a governança e a ordem internacional”. In: James Rosenau e Ernst-Otto Czempiel (orgs.). Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília, Editora UnB, 2000, p. 83-141.

Bibliografia Complementar

- ALMEIDA, Ana Lia Vanderlei de. Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da assessoria jurídica universitária popular. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8352/2/arquivototal.pdf>
- ANASTASIA, Fátima; AVRITZER, Leonardo (orgs.). Reforma política no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. Motivação e controle do ato administrativo. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
- ARENDDT, Hannah. A promessa da política. Rio de Janeiro: Difel, 2008.
- ARENDDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- ARENDDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARINOS, Afonso. O constitucionalismo de D. Pedro I: no Brasil e em Portugal. Brasília: Senado Federal, 2003.
- AZEVEDO, José Afonso de Mendonça. Elaborando a Constituição nacional. Brasília: Senado Federal, 2003.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A desordem mundial: O espectro da total dominação - guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos - das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira. Proteção do meio ambiente na Constituição da República. Belo Horizonte: Fórum, 2001.
- BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira. Responsabilidade civil por dano ao meio ambiente. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Regimes políticos. São Paulo: Resenha Universitária, 1977.
- BARRETTO, Vicente de Paulo (coord.). Dicionário de filosofia do direito. Porto Alegre e Rio de Janeiro: UNISINOS e Renovar, 2006.
- BATISTA, Marcos Antonio et al. Avaliação institucional no ensino superior: construção de escalas para discentes e docentes. Avaliação – Revista de Avaliação da Educação Superior, [online], (Campinas), vol.18, n.1, p.201-218, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000100011>
- BIGNOTTO, Newton. O tirano e a cidade. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.
- BILLIER, Jean-Cassien, MARYIOLI, Hágale. História da filosofia do direito. Trad. Maurício de Andrade. São Paulo: Manole, 2005.
- BINENBOJM, Gustavo. Uma teoria do direito administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 11.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- BONAVIDES, Paulo. Ciência política. São Paulo: Malheiros, 2003.
- BONAVIDES, Paulo. Do estado liberal ao Estado social. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- BOSCHI, R. R. (org.). Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj/Rio Fundo.
- BRANT, L. N. C. (Org.) . II Anuário Brasileiro de Direito Internacional - Brazilian Yearbook of International Law - Annuaire Brésilien de Droit International. Belo Horizonte: CEDIN
- BRANT, L. N. C. (Org.) . III Anuário Brasileiro de Direito Internacional - Brazilian Yearbook of International Law - Annuaire Brésilien de Droit International. Belo Horizonte: CEDIN.
- BRANT, L. N. C. VIEIRA, D. R. A Corte Internacional de Justiça: papel e perspectivas atuais. Caderno ADENAUER (São Paulo), v. 3, p. 141-158, 2009. Disponível: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=6839ab5c-b7fb-86d4-71b4-69374323d74f&groupId=265553 Acesso: 12 de jun. 2023.
- BRANT, L. N. C.; JAPIASSÚ, C.E. (Orgs.). Para entender o direito penal internacional (Direito Penal Internacional). 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/C MARA DA REFORMA DO ESTADO. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: 1995. Disponível também em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf> Acesso em: 12 de jun. 2023.
- BRAUDEL, Fernand. Gramática das civilizações. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CABRAL, Severino. Brasil megaestado: nova ordem mundial multipolar. Rio de Janeiro: Contraponto/FAPERJ, 2004.
- CANARIS, Claus-Wilhelm. Direitos fundamentais e direito privado. Trad. Ingo Wolfgang Sarlet e Paulo Mota Pinto. Coimbra: Almedina, 2003.
- CAPELLA, Juan Ramón. A aprendizagem da aprendizagem: uma introdução ao estudo do direito. Tradução de Miracy Barbosa de Sousa Gustin e Maria Tereza Fonseca Dias. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
- CASTRO, Therezinha de. Nossa América: geopolítica comparada. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1994.
- CLARK, Giovani. O município em face do direito econômico. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- CLAVAL, Paul. A geografia cultural. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- COELHO, Daniela Mello. Administração pública gerencial e direito administrativo. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.
- COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; LIMA, Martonio Mont'Alverne de Barreto (orgs.). Diálogos constitucionais: direito, neoliberalismo e desenvolvimento em países periféricos. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- DELGADO, Mauricio Godinho; VASCONCELOS, Lorena Porto (coord). O Estado de bem estar social no século XXI. São Paulo: LTr, 2007.
- DERZI, Misabel Abreu Machado. Modificações da jurisprudência no direito tributário. São Paulo: Noeses, 2009.
- DERZI, Misabel Abreu Machado. Repartição de receitas tributárias. Finanças públicas e normas gerais orçamentárias. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, BELO HORIZONTE, v. 33, p. 351-402, 1991. Disponível em: <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/1435> Acesso: 12 de jun. 2023.
- DOMINGUES, Ivan. Epistemologia das ciências humanas. Tomo 1: Positivismo e hermenêutica: Durkheim e Weber. São Paulo: Loyola, 2004. 671 p.
- EAGLETON, Terry. A idéia de cultura. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005.
- FAGUNDES, Miguel Seabra. BINENBOJM, Gustavo (Atualizador.). O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel. (Coleção completa)
- FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2011.
- FERNANDES, Edésio.(Coord). Direito urbanístico e política urbana no Brasil. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- FERNANDES, R. C. Privado porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.
- FERNANDES, Edésio; ALFONSIN. Betânia. (Coord). A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- FERRAZ, Luciano. Novas formas de participação na administração pública: conselhos e gestores de políticas. Revista Gestão Pública e Controle Externo, v. 1, n. 1, Nov. 2005. Disponível em:

<http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=320> Acesso: 12 de jun. 2023.

FINANCIAMENTO DO TERCEIRO SETOR: um panorama sobre o fluxo de recursos para as organizações da sociedade civil, 2005. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas: Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). Disponível: <http://www.mapa.org.br/finaciamento3setor/palestrantes.htm>

FIORANVATI, Maurizio. Constitución: de la antigüedad a nuestros días. Trad. Manuel Martinez Neira. Madrid: Trotta.

FIORAVANTI, Maurizio (ed.). El Estado moderno en Europa: instituciones y derecho. Madrid: Trotta, 2004.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Princípios do direito processual ambiental. São Paulo: Saraiva.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS.

Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2002. Disponível em:

<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2023.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 8.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FRANCO, Augusto de. Terceiro setor: a nova sociedade civil e seu papel estratégico para desenvolvimento. 2003. Disponível em: <http://www.augustodefranco.org>

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. A escola geopolítica brasileira: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

FULGÊNCIO, L. e LIBERATO Y. É possível facilitar a leitura. São Paulo: Contexto, 2007.

GIGLIO, Wagner. Justa causa. São Paulo: LTr, 2005.

GORDILLO, Agustín. Tratado de derecho administrativo. 7. ed. Tomo I. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

GRAU, Eros Roberto. Planejamento econômico e regra jurídica. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Desafios brasileiros na era dos gigantes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. (Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. 4ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. Semeando democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem: Palesa, 1995.

HABERMAS, Jürgen. A constelação pós-Nacional: ensaios políticos [Die postnationale Konstellation: politische essays]. Trad. Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro. São Paulo: Loyola, 2002.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Vol. 2 (Coleção Tempo Universitário n. 101).

HABERMAS, Jürgen. Era das transições. Trad. Flávio Siebneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. O futuro da natureza humana: a caminho da eugenia liberal? [Die zunkunft der menschlichen natur. auf dem weg zu einer liberalen eugenik?] Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HELLER, Hermann. Teoría del estado. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

HESPAÑA, Antonio Manuel. Cultura jurídica européia: síntese de um milênio. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

HORTA, José Luiz Borges; FREIRE, Thales Monteiro; SIQUEIRA, Vinicius de. A Era Pós-Ideologias e suas ameaças à Política e ao Estado de Direito. Revista Confluências, UFF, Niterói, v. 14, n. 2, dez. 2012.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34412>

HORTA, Raul Machado. Direito constitucional. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

HUNT, E. K. História do pensamento econômico. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

HUNTINGTON, Samuel P. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. São Paulo: Objetiva, 1997.

JAEGER, Werner. Paidéia: a formação do homem grego. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JELLINEK, Georg. Teoría general del estado. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2000.

KELSEN, Hans. A democracia. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do estado. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 6.ed. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2001.

KOCH, I. V. e TRAVAGLIA, L. C. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDURJ, Contraponto, 1999.

- KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto e PUC Rio, 2006.
- KRELL, Andreas Joachim. O município no Brasil e na Alemanha: direito e administração pública comparados. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2003.
- LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos, um diálogo com o pensamento de Hanna Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- LARENZ, Karl. Metodologia da ciência do direito. Trad. José Lamego. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- LEAL, Aurelino. História constitucional do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2003.
- LOSANO, Mario Giuseppe. Os grandes sistemas jurídicos. Trad. Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- LUCAS VERDÚ, Pablo. Curso de derecho político. Madri: Tecnos, 1986.
- MACHADO, Anna Rachel, LOUSADA, Eliane, ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- MACHADO, Hugo de Brito. Os princípios jurídicos da tributação na Constituição de 1988. 5.ed. São Paulo: Dialética, 2004.
- MACHADO, Rubens Approbato. Comentários à nova lei de falência e recuperação de empresas: doutrina e prática. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão: tensões e desafios. ETD – Educação Temática Digital, v.8, n.2, p. 168-175, jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/652>
- MAGANO, Octavio Bueno. Manual de direito do trabalho. 4 volumes. São Paulo: Ltr.
- MAGNÓLI, Demétrio. Liberdade versus igualdade: O mundo em desordem (1914-1945). Rio de Janeiro: Record, 2011.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, ngela Paiva, MACHADO, Anna Raquel, BEZERRA, M. Auxiliadora. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva; NASCIMENTO, Carlos Valder do (Org.). Comentários à lei de responsabilidade fiscal. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MARX, K., ENGELS, F. O manifesto comunista. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MEDAUAR, Odete. Direito administrativo em evolução. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Natureza e regime jurídico das autarquias. São Paulo: Malheiros, 2006.
- MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Responsabilidade internacional do Estado. Rio de Janeiro: Renovar.
- MELO NETO, José Francisco de. Extensão universitária: autogestão e educação popular. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2004. Disponível em: <https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/extensao-popular/extensao-popular.pdf>
- MERLE, Marcel. Sociologia das relações internacionais. Brasília: Editora UnB.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Mutações do direito administrativo. Rio de Janeiro: Renovar.
- MOSSÉ, Claude. Péricles, o inventor da democracia. Rio de Janeiro: Estação Liberdade, 2008.
- NAPOLEONI, Cláudio. O pensamento econômico do século XX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- NAPOLEONI, Cláudio. Smith, Ricardo e Marx. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- NASCIMENTO, Amaury Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. São Paulo: Ltr, 2001.
- NAY, Olivier. História das idéias políticas. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- NETTO, Luísa Cristina Pinto e. A contratualização da função pública. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
- OFFE, Claus. "Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas". In: Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982, pp. 140-177.
- OLIVEIRA, Manfredo, AGUIAR, Odílio Alves e SAHD, Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva (orgs.). Filosofia política contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2003.
- OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. Direito, política e filosofia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces, Revista de Extensão da UFMG, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul.-nov. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, Nuria Cunill. O público não-estatal na reforma do Estado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

- PIMENTA, Eduardo Goulart. Recuperação de empresas. Rio de Janeiro: IOB –Thomson, 2006.
- PINHEIRO, Juliano Lima. Mercado de capitais: fundamentos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla. A história da cidadania. São Paulo: Contexto, 2013. (2003)
- PIRES, Maria Coeli Simões; BARBOSA, Maria Eliza Braz (Coord.). Consórcios públicos instrumento do federalismo cooperativo. Belo Horizonte: Fórum, 2008.
- PIRES, Maria Coeli Simões. A Revisão Paradigmática do Estado e do Direito: um Exercício em Prol da Democratização do Sistema Administrativo. In: CORRÊA DE CARVALHO, Sérgio Mourão (Coord.). Temas de Direito Administrativo. Estudos em Homenagem ao Professor Paulo Neves de Carvalho. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 127- 200.
- PIRES, Maria Coeli Simões. Descentralização e subsidiariedade. Revista do Tribunal de Contas de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 36, n. 3, p. 35-72, jul./set. 2000. Acesso online GRATUITO: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/616> Acesso em: 14 de jun. 2023.
- POCHMANN, Marcio. O emprego na globalização. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.
- POLIDORI, Marlis Morosini; FONSECA, Denise Grosso da; LARROSA, Sara Fernanda Tarter. Avaliação institucional participativa. Avaliação – Revista de Avaliação da Educação Superior, [online], (Campinas), v. 12, n. 2, p. 333-348, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772007000200008>
- PROENÇA JÚNIOR, Domicio. Guia de estudos de estratégia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.
- RADBRUCH, Gustav. Filosofia do direito. Tradução de L. Cabral de Moncada. 6. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1997.
- REALE, Miguel. O Estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- RUFIA, Paolo Biscaretti di. Introducción al derecho constitucional comparado. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- SALGADO, Joaquim Carlos. A Idéia de justiça em Kant: seu fundamento na liberdade e na igualdade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.
- SALGADO, Joaquim Carlos. O estado ético e o estado poético. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 37-68, abr./jun. 1998.
- SAMPAIO, José Adércio Leite (org.). Jurisdição constitucional e direitos fundamentais. Belo Horizonte: Del Rey.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da razão. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- SARLO, Beatriz. Paisagens imaginárias: intelectuais, artes e meios de comunicação. São Paulo: Edusp, 2005.
- SCHMITT, Carl. Teoría de la constitución. Barcelona: Alianza, 1996.
- SENA, Adriana Goulart. Sucessão. São Paulo: Ltr.
- SILVA, Antônio Álvares da. A co-gestão na empresa e no estabelecimento. São Paulo: Editora LTr, 1991.
- SILVA, R. L. A soberania estatal no contexto jurídico da União Européia - UE e do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. In: Wilhelm Hofmeister; Franklin Trein. (Org.). Anuário Brasil - Europa 2002. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- SILVA, R. L. Direito de integração do Mercosul, Direito Comunitário. In: NASCIMENTO, Carlos Valder do; ALVES, Geraldo Magela (Orgs.). Enciclopédia do direito brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.
- SILVA, Marco Aurélio de Barcelos. Concessão de empreendimentos e contratualização da gestão pública no Brasil: a nova abrangência do regime de concessões no direito administrativo e o marco legal das parcerias público-privadas. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG. 2 semestre. 2009.
- SMEND, Rudolf. Constitución y derecho constitucional. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1985.
- SOARES, Mário Lúcio Quintão. Teoria geral do estado (Teoria do Estado). Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. O direito do trabalho como instrumento de justiça social. São Paulo: LTr, 2000.
- SOUTO, Cláudio; FALCÃO, Joaquim. Sociologia e direito, textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica (do direito). São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- SOUTO, Marcos Juruena Villela. Direito administrativo das parcerias. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.
- SOUZA, Washington Albino Peluso de. Teoria econômica da constituição. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
- SPAEMANN, Robert. Persons: the difference between “someone” and “something”. Oxford: Oxford

University Press, 1996.

STRECK, Lenio Luiz e MORAIS, José Luis Bolzan de. Ciência política e teoria geral do estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SUNDFELD, Carlos Ari (Coord.). Parcerias público-privadas. São Paulo: Malheiros, 2005.

TAYLOR, Charles. Sources of the self: the making of the modern identity. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. Criminologia crítica. Trad. Juarez Cirino dos Santos e Sérgio Tancredo. Rio de Janeiro: Graal, 1980. 302 p.

TEIXEIRA, Egberto Lacerda; GUERREIRO, José Alexandre Tavares. Das sociedades anônimas no direito brasileiro. São Paulo: José Bushatsky, 1979.

TRINDADE, A. A. Cançado. El futuro de la Corte Interamericana de derechos humanos. Corte Interamericana de derechos humanos. Disponível em: <https://biblioteca.corteidh.or.cr/tablas/19237.pdf>
Acesso: 12 de jun. 2023.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Princípios de direito internacional contemporâneo. Brasília: UnB.

VALTICOS, Nicolas. Droit international du travail. Paris: Dalloz, 1970.

VIANA, Luiz Werneck (org.). A democracia e os três poderes no Brasil. Belo Horizonte: UFMG/IUPER, 2002.

VIANA, Luiz Werneck (org.). Separação de poderes e democracia no Brasil. Belo Horizonte: UFMG/IUPER, 2002.

VIANNA, Marcio Túlio (coord.). O Direito do trabalho e trabalhos sem direitos. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 174 p.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

WERLE, Denílson Luis; MELO, Rúrion Soares (orgs.) Democracia deliberativa. São Paulo: Esfera Pública, 2007.

WILLIAMS, Bernard. Problems of the Self. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

WOLKMER, Antonio Carlos. Fundamentos de história do direito. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

WOLKMER, Antonio Carlos. História do direito no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

WOOD, Ellen Meiksins. “A origem do capitalismo”. In: A origem do capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. “Versões Históricas da Transição”. In: A origem do capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZAFFARONI, Eugênio Raul; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro: parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. 893 p.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Vasconcelos Novaes, Coordenador(a) de curso**, em 22/06/2023, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Campos Silva, Professora do Magistério Superior**, em 22/06/2023, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renato Cesar Cardoso, Professor do Magistério Superior**, em 23/06/2023, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Vasconcelos Carvalho, Professora do Magistério Superior**, em 26/06/2023, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana de Menezes Soares, Professora do Magistério Superior**, em 26/06/2023, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Fernanda Salcedo Repoles, Membro**, em 26/06/2023, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2405453** e o código CRC **D6D52C8C**.

Referência: Processo nº 23072.237895/2023-92

SEI nº 2405453